

Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luís Gama na imperial cidade de São Paulo, de Elciene Azevedo. Campinas: Editora da Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

Jefferson Cano*

Em qualquer bibliografia sobre a história da abolição Luís Gama é figurinha fácil; deve concorrer com Joaquim Nabuco como o abolicionista que mais atenção tem merecido dos pesquisadores. Imagina-se pois a dificuldade que teria para escrever algo de novo quem quisesse escrever mais um trabalho sobre Luís Gama (tanto mais que, se este escrito fosse uma dissertação de mestrado, a novidade nem seria algo absolutamente imprescindível). Essa dificuldade, porém, foi superada com toda a elegância pela dissertação de mestrado de Elciene Azevedo, que acaba de ser publicada. De leitura fluente e agradável, o livro apresenta um belo exercício de pesquisa e escrita em história — uma pesquisa vasta e minuciosa, uma escrita bem cuidada que envolve o leitor —, iluminando alguns aspectos cruciais para entendermos um personagem tão complexo quanto fascinante.

O primeiro capítulo é todo dedicado a uma leitura das *Trovas burlescas de Getulino*, único livro publicado por Luís Gama, em 1859, em que revela sua faceta de poeta satírico. A autora faz notar logo de início que a opção de Gama pela sátira não o particularizava nos meios letrados da época, onde a sátira já era vista como verdadeira mania que tomava os “moços pretensiosos”; naquele momento, então, Luís Gama “lançava mão de um gênero que se popularizava e ganhava força como instrumento de crítica” (p. 44), gênero este que ele não abandonaria quando mais tarde dirigisse jornais como *O Diabo Coxo*, *O Cabrião* e *O Polichinelo*.

* Doutorando em História Social do Trabalho, IFCH-Unicamp.

O caminho que a autora percorre em sua leitura das *Trovas burlescas* conduzirá o leitor ao encontro de um poeta que, ao mesmo tempo em que satirizava aqueles que se pretendiam brancos, procurava criar para si uma identidade africana – um Orfeu de carapinha, que troca a lira pela marimba e pela cabaça de urucungo, e que, apesar de crioulo, se diz um “pretinho da costa”. Elciene Azevedo tenta explicar essa africanidade construída pelo poeta em seus versos relacionando-a à identidade que se forjava também entre africanos por sobre diferenças de etnias e de línguas; diz ela, baseando-se nos trabalhos de Robert Slenes, que “(...) foi possível a esses africanos construir um conceito comum de povo e de nação – expressado por vezes em projetos de rebeliões” (p. 73). Da mesma maneira, no caso de Luís Gama, os primeiros anos vividos na Bahia ao lado da mãe e, posteriormente, a vivência da escravidão em São Paulo poderiam ter lhe fornecido “elementos para que, em uma posição radical, propusesse uma identidade baseada não somente na experiência da escravização (...), mas principalmente na recuperação de uma origem comum de raízes africanas” (p. 74).

Acontece porém que, ao adotarmos essa explicação, tendemos a dar um peso maior à fase da vida de Luís Gama sobre a qual menos se sabe, e cujas únicas fontes são os depoimentos do próprio Gama, num momento em que já era uma figura pública envolvida com a causa da liberdade. E sendo assim, supor que sua africanidade seja uma identidade forjada no contato com os africanos de sua infância e adolescência parece tão plausível quanto supor que fosse uma identidade forjada pelo mundo branco, letrado e romântico no qual ele também viveu imerso desde cedo, e cujo olhar também criava uma identidade simplesmente *africana*, que era imposta por sobre as diferentes etnias nas quais os próprios africanos se reconheceriam. Ainda uma última questão instigada pela leitura das poesias de Luís Gama vem do único poema lírico analisado por Elciene, *Meus amores*, no qual o poeta declara que seus amores são da cor da noite, uma formosa crioula que mataria de inveja a bela Vênus. É certo que podemos ler esse poema como uma afirmação da beleza da mulher negra, “de um ponto de vista que singularizava e privilegiava sua beleza em contraposição às formas femininas das

mulheres brancas” (p. 65); na verdade, para nós, leitores deste fim de século, é sempre positiva a afirmação da beleza e da sensualidade. No entanto, poderíamos perguntar: ao realçar a luxúria dos requebros de sua formosa crioula, ou ao escrever versos como: “Santo embora, o mortal que a encontra pára; / Da cabeça lhe foge o bento siso; / Nervosa comoção as bragas rompe-lhe / e fica como Adão no Paraíso”; até que ponto a representação da mulher negra por Luís Gama não estaria partilhando de um mesmo olhar branco e senhorial que geraria, quase à mesma época, uma literatura antiescravista tão negativa como *As vítimas algozes*, de Macedo, ou *A mocidade de Trajano*, de Taunay?

No segundo capítulo podemos acompanhar Luís Gama movendo-se em diferentes espaços do “mundo branco e letrado” – a loja maçônica, o partido republicano – e tecendo nesse mundo uma teia de relacionamentos que tentava manipular da melhor maneira possível no sentido de garantir a conquista de um espaço de autonomia. Aí vemos Luís Gama envolvido com representantes da classe senhorial, por vezes proprietários de escravos, e partilhando de suas lutas dentro de parâmetros traçados por eles. Formava assim uma rede de solidariedades que ampliava, por um lado, seu espaço de ação política, garantindo-lhe mesmo uma certa aceitação por muitos membros dessa elite, mas não impedia, por outro lado, que fosse discriminado por outros tantos que o viam como alguém perigoso, por assim dizer fora do lugar, uma vez que era um ex-escravo que advogava (com sucesso) em questões de liberdade, um espaço por definição reservado às iniciativas senhoriais. Da análise dos movimentos de Luís Gama nesse espaço a autora conclui que “as identidades construídas entre Luís Gama e estes homens encontraram, deste modo, limites culturais e sociais claros, esbarrando em uma diferenciação forjada nas experiências de vida de diversas pessoas” (p. 137). Nesse ponto, fechando o capítulo, o leitor pára e se lembra das identidades construídas por Luís Gama no capítulo anterior, com os africanos de seu convívio durante a infância e a adolescência, e que afinal eram identidades que também encontraram limites culturais e sociais muito claros. Olhando então para os dois capítulos em conjunto, ocorre a pergunta: será que não

teria sido mais frutífero à análise se, em vez de se apoiar nos trabalhos de R. Slenes sobre cultura escrava, tivesse recorrido à idéia de Leo Spitzer (*Lives in between*, Cambridge University Press, 1989) em seus estudos de casos sobre experiências de assimilação? Afora certo aspecto psicológico da abordagem, do qual eu creio que Elciene Azevedo se distanciaria, o trabalho de Spitzer oferece uma idéia interessante para pensarmos experiências vividas no limite entre dois mundos, sem que se pertença exatamente a nenhum deles; aliás, um dos focos de seu estudo é André Rebouças, outro abolicionista negro que talvez forneça um interessante contraponto a Luís Gama.

O terceiro capítulo talvez seja o mais polêmico, batendo de frente com toda a bibliografia que criou a imagem do abolicionista radical, que teria rompido com o partido republicano por este contemporizar com os senhores de escravos na questão da emancipação. Elciene desmonta esse mito com uma cuidadosa leitura da imprensa do período, mostrando não uma ruptura, mas um processo de radicalização das posturas de Luís Gama dentro do partido. Mesmo divergindo de sua direção e de suas alianças, marcando suas posições, às vezes incômodas para o partido que tentava trazê-lo à ordem, Gama teimava em ocupar esse espaço e usá-lo em sua luta por liberdade e igualdade – que era este o significado por ele atribuído à República.

Por fim, no último capítulo, temos um estudo da atividade de Luís Gama nos tribunais, e de suas estratégias nas ações de liberdade que movia; reencontramos a mesma pena afiada do jornalista cáustico e do poeta satírico nas argumentações de um rábula que chegava até a publicar no jornal versos a um juiz que não partilhava de seu entusiasmo pela liberdade. Segundo a autora, Luís Gama, em sua militância jurídica, “mostrava toda a intransigência de um abolicionismo que, legalista na sua forma, mostrava-se cada vez mais radical em seu conteúdo” (p. 264). Quanto à importância dessa atividade de Gama nos tribunais, basta citar os dados computados também pela autora. Informa-nos Elciene à página 261:

“No 2º e 3º Ofício cível da capital no ano de 1880 foram levantadas sete ações de liberdade; cinco tinham como solicitador Luís Gama,

sendo uma das restantes defendida pelo seu amigo Vicente Ferreira da Silva e outra por um membro da sua banca de advogados, Antônio Januário Pinto Ferraz. Em 1881 foram treze ações de liberdade, onze impetradas por Luís Gama e duas pelo nosso conhecido Brasil Silvado [este fora o fundador da Caixa Emancipadora Luís Gama]. Em 1882 foram localizadas nove ações de liberdade, sendo ele o responsável por oito delas, tendo a outra sido solicitada por João Gonçalves P. Ferreira a partir de uma doação que recebeu da Caixa Emancipadora Luís Gama.”

A informação é importante, e dá tamanho realce ao papel de Luís Gama no abolicionismo paulistano que instiga o leitor a querer saber mais. Afinal, ele já foi informado desde o início que os processos em que Gama figurou encontram-se também no 1^o Ofício Cível da comarca de São Paulo, e que sua atuação nessa instância vinha desde 1868; que resultado teríamos, então, se fossem tabulados os dados para todo o período de sua ação nos três ofícios? Curiosidade que o leitor não vê satisfeita.

Enfim, relevantes ou não, as questões aqui levantadas sobre um livro de abundantes e evidentes méritos são pura consequência da leitura, como eu imagino que um outro leitor não deixaria de encontrar outras questões, pois que os bons trabalhos de história podem ser divididos em pelo menos dois tipos: aqueles que nos fornecem respostas bem documentadas e aqueles que nos levam a formular novas perguntas. E por ambos os títulos Elciene Azevedo fez um ótimo trabalho.